

# Saúde já tem acordo para ir à votação

SUELENE TELES  
Da Editoria de Política

Os lobbies do setor de saúde anunciados com pompa e circunstância terão muito pouco o que se manifestar quando se iniciar as votações do tema, provavelmente na próxima terça-feira. Fechando um trabalho de mais de oito meses, os constituintes ligados à área conseguiram uma proeza inédita: fecharam uma proposta de acordo global, envolvendo os temas polêmicos e pretendem chegar em plenário com um texto de fusão. "Contrariando as expectativas a saúde deve ser votada em plenário com texto de fusão e com muito poucas emendas para serem discutidas", garantiu o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE).

O único ponto em que não houve acordo foi quanto a saúde ocupacional, reivindicada pelos movimentos sindicais para fazer parte do Sistema Único de Saúde (SUS). O Centrão bateu o pé e só aceitou o acordo se esse tipo de medicina continuasse, como hoje, a fazer parte do Ministério do Trabalho, sob a coordenação da engenharia sanitária. Esse posicionamento do Centrão ficou nítido na última reunião das lideranças quando o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), ao se retirar da reunião afirmou que concordaria com todos os outros pontos, menos com a permanência da saúde ocupacional fazendo parte do SUS, como quer a Sistematização.

## PARTICIPAÇÃO PRIVADA

A definição sobre a relação entre o setor público e o privado consumiu horas de discussões e desentendimentos, possibilitando um campo fértil a fio para a atuação dos lobbies. Aparentemente invisível o comportamento do grupo dos donos de hospitais teve um desempenho eficiente no trabalho de corpo-a-corpo com os constituintes. Os trabalhadores do setor, em defesa de um sistema mais estatizado, também não deixaram por menos e foram à luta em defesa de suas propostas. Ao final das escaramuças ficou definido uma fórmula pelo centro, sem privilegiar qualquer dos grupos.

Neste sentido ficou estabelecido que o setor privado continuará a participar do Sistema Nacional de Saúde de duas maneiras. A primeira quando não recebe qualquer recurso do poder público, mantendo suas características de medi-

na liberal típica. Na segunda, sua participação se dará, por meio de contratos e convênios, sendo limitada pela preferência que terão as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. A partir da promulgação da nova Constituição as instituições privadas de saúde, com fins lucrativos, não mais poderão contar com auxílio ou subvenções por parte do poder público.

As argumentações para a manutenção deste item veio basicamente do PMDB e do PT, sob a alegação de que a medida serviria para pôr fim a proliferação de serviços privados às custas de recursos públicos, priorizando o serviço que tem por motivação única o atendimento à população e não ao comércio.

A execução e a promoção da execução pelo poder público das ações e serviços de saúde figurou no texto do acordo, também como uma vitória de centro-esquerda. O acordo permitiu a descaracterização da estatização do setor, abrindo uma brecha para que a iniciativa privada se beneficie também, de forma indireta, por delegação de poder que lhe conferir o Estado. Ainda neste item ficou consolidado o controle e a regulamentação dessas ações por parte do Estado.

## SISTEMA ÚNICO

Priorizado como a grande reivindicação da VIIª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília em 1986, o Sistema Único de Saúde (SUS) é defendido não só pelos trabalhadores do setor, como também por todos os secretários de Saúde estaduais, conforme garantiu Antônio Faleiros, presidente do SUDS de Goiás. A criação deste novo sistema, além de priorizar a medicina preventiva em detrimento da curativa, será organizado com o objetivo de garantir uma direção única em cada nível de governo, direção essa que será colegiada, com a participação da comunidade.

Ficou também acordado que o SUS será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, o que reforçará a descentralização e a hierarquização proposta pelo SUS. Ainda dentro da questão do financiamento, a Constituinte deverá aprovar uma emenda de autoria da deputada Abigail Feitosa (PSB-BA), que determina o percentual mínimo de 13% para o orçamento da saúde, em todos os níveis.

# Bisol se envergonha

Porto Alegre — O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), disse ontem ter ficado envergonhado com a decisão da Constituinte sobre a reforma agrária. E como ele, todos os constituintes brasileiros "terão que carregar muito tempo esta vergonha". Na opinião do senador gaúcho o assunto teve a discussão deslocada de forma proposital:

— Se reforçou a idéia de que a reforma agrária era uma união ao grande proprietário, como se este fosse seu maior objetivo, o que não é verdade, — explicou Bisol.

Ele entende que esta visão distorcida esconde uma estratégia permanente e extremamente inteligente dos interessados em manter a questão sem qualquer mudança. "Nunca se fez nada para alterar a situação fundiária do País e a reforma agrária continuará apenas na retórica do presidente que, esporadicamente, liberará pequenas áreas que, certamente, permanecerão truncadas por longos anos na justiça,



José Paulo Bisol

como é comum ocorrer hoje".

Bisol entende que o essencial sobre o assunto foi deixado para segundo plano. Para ele, a reforma agrária deveria ser encarada como uma necessidade social e econômica, pelo maior emprego de mão-de-obra e maior produção de alimentos e principalmente como instrumento de fixação do homem no campo.

O senador gaúcho também afirmou não acreditar que os militares estejam se mobilizando para garantir os cinco anos de mandato a Sarney, conforme tem sido noticiado.



Basílio Villani

# PTB ganha adesões no Congresso

A bancada do PTB na Constituinte vai ganhar, nos próximos dias, um aumento substancial: além dos sete deputados do PMDB do Paraná com a transferência para o partido praticamente certa, deputados do PMDB e do PDS de Minas que pretendem mudar de sigla têm namorado o PTB como a melhor alternativa partidária. No PMDB do Paraná, o movimento é liderado pelo deputado Basílio Villani, no de Minas, pelo deputado Rosa Prata, e no PDS mineiro a mudança está sendo puxada pelo deputado Virgílio Galassi.

Até o final do mês, nosso partido deve estar com cerca de 90 parlamentares — prevê o líder do PTB, deputado Gastone Righi. Atualmente, a bancada do PTB tem 28 constituintes. Com Villani, vão transferir-se para o partido os deputados Matheus Iensen, Ervin Bonkoski, José Carlos Martínez, Max Rosemann, Maurício Nasser e Oswaldo Trevisan. Na bancada mineira, estão estudando a ida para o PTB, além de Rosa Prata e Virgílio Galassi, os deputados Sílvio Abreu (PMDB) e Mello Reis (PDS).

Este fim de semana prolongado vai ser usado por muitos dos grupos que querem mudar de partido para os últimos acertos e negociações, principalmente aqueles com interesse em lançar candidatos a prefeito já pela nova sigla. E que, de acordo com a legislação eleitoral em vigor, o prazo para filiação nestes casos esgota-se no dia 15, domingo, seis meses antes das eleições.

Já está em tramitação no Congresso projeto para ampliar este prazo, que deve ser votado na próxima terça ou quarta-feira e tem aprovação praticamente certa. Aqueles cuja transferência de partido está quase fechada, no entanto, provavelmente preferirão não correr riscos e assinar a nova ficha de filiação ainda este fim de semana.

No caso do grupo liderado por Villani, vai pesar na aceleração do processo de transferência de partido a intenção de lançar a candidatura do ex-senador Enéas Farias para prefeito de Curitiba pelo PTB.

Além das adesões em grupo, o PTB também aposta em mudanças isoladas, como a do senador Olavo Pires (PMDB-RO). Alguns dos simpatizantes do partido, no entanto, afirmam que vão esperar até o final da Constituinte para trocar de sigla. E o caso do deputado Atila Lira (PFL-PI), tido como um petebista em potencial pelos que estão acompanhando de dentro do PTB o processo de alargamento de sua bancada.

— Eu me dou muito bem com o pessoal do PTB, o PTB é um grande partido, mas não tenho intenção de fazer qualquer mudança antes do final da Constituinte — diz Atila Lira, que pretende lançar-se à prefeitura de Teresina pelo PFL.